

ISSN 2525-6904



ARTIGOS

Os Estudos de Gênero na Graduação em Psicologia

Uma análise em Salvador, Bahia

Lara Araújo Roseira CANNONE, *Universidade Federal da Bahia*

Historicamente, a formação em Psicologia apresenta uma resistência em incorporar certas discussões, como os estudos de gênero, apesar de a produção acadêmica sobre a temática ter se intensificado desde a década de 1970. Em geral, este campo ainda não possui oficialização enquanto ciência nas universidades e pouca inserção nos cursos. Este artigo pretende discutir o espaço delimitado aos estudos de gênero nas graduações em Psicologia, situadas em Salvador, Bahia, especialmente a partir da análise das matrizes curriculares e da adscrição do corpo docente à temática de gênero. A partir disso, propõe-se a refletir sobre a capacidade de transformação social pela educação quando alinhada com as demandas sócio-históricas e as suas implicações para o futuro da profissão, especialmente no que se refere à formação das próximas gerações de psicólogas e psicólogos.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia. Gênero. Graduação.

Introdução

A Psicologia surge no contexto do século XIX, período em que a ciência consolida-se na matriz positivista e traz nos seus discursos conteúdos tradicionais, conservadores e hegemonicamente concebidos por uma elite branca e masculina. Nos tempos atuais, ainda se faz presente essa herança no ensino e atuação profissional, onde a atualização dos cursos se faz necessária.

O ambiente acadêmico, espaço de produção de conhecimento, tem uma forte influência na formação de opiniões e comportamentos coletivos; nos mecanismos concretos e simbólicos de segregação e opressão; como também pode exercer o efeito contrário, ser agente de transformação de realidades de grupos estigmatizados.

Ao entender a Psicologia enquanto área diversa, que comporta várias psicologias, e como ciência e profissão que é guiada por um código de ética, faz-se imprescindível revigorar o exercício dos Direitos Humanos. Considerando que a sociedade é envolta por opressões estruturais (gênero, raça e classe, por exemplo), essas temáticas não podem ser excluídas da práxis e da base da formação profissional: a graduação.

Evidenciando o foco deste trabalho, estudos de gênero, ainda são raras as iniciativas de espaços garantidos para tais na graduação. A literatura apresenta materiais escassos/desatualizados acerca de mapeamentos sobre os estudos de gênero no Brasil e, em relação às psicologias, esse cenário se mostra reduzido.

Diante disso, como se configura o processo atual sobre os estudos de gênero nessas graduações?

O seguinte trabalho se propôs a realizar um mapeamento na cidade de Salvador e discutir os dados apurados. O estudo se estruturou a partir da análise de discurso de currículo lattes do corpo docente e matrizes curriculares das disciplinas ministradas nas instituições de ensino superior (IES).

Espera-se que esses elementos possibilitem uma apuração mais nítida do contexto soteropolitano da delimitação e produção acadêmica das psicologias em estudos de gênero, além de suscitar o desenvolvimento da área, baseado nas potencialidades e desafios aqui apresentados.

Os Estudos de Gênero na Academia

De forma breve, o termo gênero se configura como um conjunto de variáveis pessoais e socio-culturais que repercutem em costumes e definições de papéis femininos e masculinos, gerando consequências de constituição de identidades, mas também de estigmas e relações de poder de acordo com as identificações, sobretudo para aqueles/as que não se adequam à normatização de corpos e ao binarismo de gênero – modo de entender a humanidade como constituída apenas por homens e mulheres, de forma bem delimitada e invariável.

Integram-se outros conceitos fundamentais ao se falar nesse termo, como o patriarcado, que nada mais é do que um sistema instaurado com a concepção de que a mulher é subordinada ao homem, repercutindo no machismo e na divisão da sociedade de forma sexista (LIMA E SOUZA, 2011b).

Em relação ao contexto da academia, em um primeiro momento os estudos de gênero tratavam-se de conteúdos sobre a mulher produzidos pelo feminismo. Com o passar do tempo, o campo ganhou potência e ampliou seus espaços de inserção e conteúdos envoltos, como as masculinidades, paternidade, criação de políticas públicas, direitos reprodutivos e sexuais. Apesar disso, os progressos continuam sem receber notoriedade de outras áreas do conhecimento acadêmico (NUERNBERG, 2005).

Não raro persiste a confusão entre os estudos sobre gênero e sobre mulheres. A área surge para agregar a parte sociocultural e o aspecto relacional que envolvem fatores mais complexos do que o foco na mulher em si, além de denunciar a falta de neutralidade no conhecimento científico por conta do seu viés androcêntrico (LIMA, 2008). Outra reflexão trazida por Scott (1995, p.6) é que o uso do termo “mulheres” foi largamente trocado por gênero na “procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980” e se afastar do teor político mal visto pela academia.

O feminismo foi pioneiro na quebra do conservadorismo, modificação ideológica da normatização de gênero e papéis sociais; entretanto, a partir de um trabalho quase solitário. Por isso, Rosemberg (1984) enfatiza a importância da mobilização acadêmica ativa que, muitas vezes, se distancia ao manter suas expectativas de mudanças efetivas apenas no fluxo natural do desenvolvimento econômico e expansão do ensino.

O campo científico segue representando um obstáculo para a legitimação desses esforços, sobretudo na academia. O respaldo da produção teórica de autoras e autores continuam sendo questionados, ao ser estabelecido que militância não se adequa à ciência (NARVAZ, 2009). A marginalização da temática pode ser vista, por exemplo, a partir da pouca ênfase dada nas graduações brasileiras, chamada por Paraíso (1997) de “um campo de silêncio do currículo oficial”.

A cobrança da incorporação dos assuntos de gênero no ensino superior é uma obra precursora dos movimentos sociais, onde a produção mais assídua é proveniente das Ciências Humanas. Nelas, as relações de gênero se percebem no contato com o outro através da vivência subjetiva, influência das normas da cultura e do fator socio-histórico (SCOTT, 1995). Assim, prevalece o distanciamento do imperativo anatômico e a valorização da expressão da identidade de gênero como autodeterminação. Nas psicologias essa vertente vem ganhando espaço sobretudo na Psicologia Social.

Entre as décadas de 1960 e 1970, os EUA e a França foram pioneiros nas pesquisas sobre gênero. No Brasil, esse movimento inicial apresentou um cunho muitas vezes de denúncia ou descrição de fatos, evoluindo posteriormente para trabalhos mais desenvolvidos teoricamente (PARAÍSO, 1997). Mesmo com o crescimento da área no país, é possível afirmar que a prática de reprodução do pensamento e colonização ideológica ainda se fazem presentes (LIMA E SOUZA, 2011a).

A produção brasileira sobre estudos de gênero se intensificou a partir da década de 1970, em paralelo às mudanças sociais e políticas propícias no país e no mundo. Vale lembrar do estímulo considerável a partir do decreto do Ano Internacional da Mulher pela ONU, em 1975; embora a categoria gênero como enfoque ganhe maior destaque tempos depois, a partir de 1990.

Ainda assim, os conteúdos pioneiros possuíam um viés elitista e não interseccional, produzido principalmente por mulheres brancas da classe média e alta; caráter esse que vem sendo superado por iniciativas que consideram demais pautas, como as de raça e classe (COSTA; SARDENBERG, 1994).

O interesse no meio acadêmico apresenta um aumento a partir da década de 1980, quando são criados grupos de trabalho (GT), de pesquisa, núcleos de estudo e pós-graduação. Surgem principalmente

nos anos de 1980 e 1990, entre eles o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) na PUC-RJ e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) na UFBA. Na Psicologia, houve criação de GT na Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) (COSTA; SARDENBERG, 1994).

Ainda segundo as autoras, os estudos sobre a mulher já eram desempenhados anteriormente, mas sem uma organização concreta em núcleos ou coletivos. Há registros que o primeiro trabalho brasileiro na área foi desenvolvido na década de 1960 pela socióloga feminista Heleieth Saffioti: *A Mulher na Sociedade de Classes*. Elas ressaltam que a importância desses trabalhos é tanto para ampliar os conteúdos teóricos sobre o tema, como instrumentalizar as denúncias de violências, vulnerabilidade de direitos e emancipação de amarras antigas por meio da educação.

Sobre a educação, Lima explora seu potencial:

Sobre isto, cabe esclarecer que a educação é caricatura da sociedade, e, por este motivo, vem se configurando como alvo incessante dos movimentos sociais com o objetivo de superar as discriminações e atingir a igualdade de oportunidades, cidadania e direitos. Neste caso, a educação é vista como o principal instrumento de combater às exclusões por meio do conhecimento, já que este confere poder a quem dele se apropria (2008, p.50).

Como aponta Narvaz (2009), as universidades prosseguem sem oficializar a inserção nas matrizes curriculares, as pesquisas realizadas vêm se afastando das suas origens militantes e enfrenta dificuldade de se obter financiamento. O que ocorre ocasionalmente é a oferta de disciplinas optativas, tendo registros desde 1979. Ademais, pesquisas realizadas nas IES vêm se afastando das suas origens militantes, o que Costa e Sardenberg (1994) chamam de “uma despolitização dos chamados estudos de gênero” e consequente perda de força do movimento em ambiente universitário.

Como visto, diversos são os impasses que se perpetuam ao incluir os estudos de gênero no contexto acadêmico. Lima e Souza (2011b) chama a atenção para dois pontos insistentes nesse quesito: a dificuldade de se obter financiamento para pesquisas nessa temática, tanto pela resistência do conservadorismo como pela fragilidade de apropriação no processo avaliativo; e a transversalidade do campo, que

não obtém sucesso em incorporar o debate nas diversas disciplinas e em firmar um lugar próprio nos formatos já instaurados.

Acrescentando os empecilhos, a autora enfatiza que a organização da área de produção científica já é por si só o “grande desafio”, pois o modelo já consolidado favorece a ascensão dos homens em detrimento das mulheres pesquisadoras, denunciando uma gama de oportunidades desigual.

Gênero e Formação em Psicologia: Um Diálogo em Construção?

A Psicologia é uma categoria majoritariamente composta por mulheres (CFP, 2013). Entretanto, segundo Rosemberg (1984), desde o século XIX a Psicologia hegemônica contribui e reforça normas sobre o feminino (e o masculino), como a romantização da maternidade. Tais padrões sexistas também reproduzem ideologias cristalizadas por meio das instituições norteadoras da sociedade: família, educação, religião, ciência, mídia, política e leis. Esse fato colabora para a perpetuação de visões e discursos reducionistas, sem a preocupação de desconstruir os mesmos.

O cenário atual traz uma forte urgência de aprofundamento nos estudos de gênero, que vem sendo cumprida gradualmente. Por sua vez, se tratando da inserção do tema no curso de graduação, a realidade se torna escassa e aspectos como o grau de complexidade e a transdisciplinaridade do tema, se caracterizam como alguns dos impasses do desenvolvimento da área no contexto acadêmico (LIMA E SOUZA, 2011b).

Nuernberg ainda ressalta que a Psicologia apresenta historicamente uma resistência em incorporar esse debate; seja pela limitação tradicional, seja pelo diálogo frágil com os movimentos sociais. Segundo o autor, “prevaleceu uma incorporação do gênero como mera variável, a partir de formas individualizantes de reflexão, onde se reduz gênero à sexo” (2005, p.70).

O autor ressalta que, paradoxalmente, foi através de um psicólogo e psicanalista, o americano Robert Stoller em 1968, que a hipótese da dissociação entre sexo e identidade de gênero se tornou possível, entendendo-a como parte da constituição do sujeito para além de caracteres biológicos. E a Psicologia Social vem ocupando um lugar de

destaque desde 1970, com a proposta de compreender a relação entre comportamentos ditos femininos e masculinos levando em conta, também, o atributo simbólico.

É relevante apontar também o progresso das psicologias em suas instâncias de representação da profissão. Desde os anos 90, o Sistema Conselhos apresenta um considerável percurso em prol dos Direitos Humanos, onde a discussão de gênero é inserida. Houve mais conquistas, como: a garantia do direito ao nome social; pesquisas; luta contra a despatologização das identidades trans e contra a violência contra as mulheres (SANTOS, 2016).

Contudo, até 2016, somente 7 dos 23 Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) declararam possuir um espaço próprio para os estudos de gênero e 1% da categoria afirmou trabalhar na área. Quanto ao ensino, ainda não se pode constatar tantos avanços (SANTOS, 2016).

Segundo publicação de 2013 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre a percepção das/os psicólogas/os sobre conceitos vinculados a gênero e sexualidades, a confusão de termos e a falta de apropriação é notável na categoria. Um dos motivos pode ser visto como a falta de contato com o tema no período inicial de capacitação, ou seja, na graduação (CFP, 2013; SANTOS, 2013).

Tais dados denunciam a necessidade do aprofundamento do saber psicológico na temática de gênero, sobretudo por conta do acervo restrito, comprometendo a prática diante da fragilidade de embasamento teórico próprio e contextualizado.

Enfatizando a inserção do debate de gênero nessa graduação, percebe-se que é uma iniciativa rara nas universidades do país e, geralmente, a abordagem, além de necessitar de um referencial teórico mais sólido, comumente é inserida de forma isolada, com poucas associações à prática, sem continuidade durante o curso e sem consenso entre as universidades. E, como é notável a hegemonia de mulheres psicólogas, o lugar de ser mulher já traz por si só um teor implícito de relações de gênero digno de visão crítica.

Compartilhando desse ponto de vista, analisar currículo envolve obviamente o que está dentro, bem como investigar o que está fora, entendido como o currículo oculto. A escolha de incluir ou excluir conteúdo tem um peso importante na formação (LIMA E SOUZA, 2011a).

A discussão sobre a falsa neutralidade curricular é fomentada desde o século passado, destacando a reprodução de interesses hegemônicos. A teoria crítica de currículo propõe uma análise contemplativa dos fatores que perpassam os sujeitos, objetivando construir uma formação mais justa e uma mudança de paradigmas geradores de desigualdades e opressões, através da articulação entre IES, docentes e discentes (PARAÍSO, 1997).

A docência universitária tem compromissos pautados no tripé pesquisa, ensino e extensão que devem dialogar com os níveis científico, pedagógico e político. Assim, superar lógicas reforçadoras do conhecimento conservador demandam manter a formação continuada e atualizada; assim como produzir material científico com responsabilidade e contextualização. Afinal, a qualidade da educação tem impacto direto da formação docente.

Embora não se possa concluir que todos os obstáculos na educação são provenientes das relações de gênero e demais, Apple (1987) sustenta a pertinência em reconhecer essas variáveis como constitutivas para compreender o processo de ensino, facilitar futuras reformulações e transformações sociais.

Portanto, considerar as questões de gênero (e as interseccionalidades) no contexto da graduação se torna uma estratégia de melhor compreensão global crítica da/o futura/o profissional acerca do exercício da própria profissão, da sua posição enquanto sujeito, das relações sociais dentro da lógica de papéis de gênero reforçados pela hegemonia e a interferência na sua própria subjetividade e do outro (SANTOS, 2013).

Método

Esse estudo possui caráter qualitativo, exploratório e descritivo através do método da Análise de Discurso (AD). A análise documental foi pautada em documentos de domínio público referentes aos cursos situados na cidade de Salvador, Bahia, e investigou o espaço delimitado aos estudos de gênero na graduação em Psicologia.

A estratégia para coleta dos dados foi traçada por duas fontes, os sites institucionais e e-mails às coordenações dos cursos. Houve três tentativas de contato, implicando em desistência em caso de insucesso em nenhuma delas. Foram considerados os aspectos éticos e de

anonimato envoltos nos documentos coletados e anuência facultativa por parte das representações dos cursos.

Análise das Matrizes Curriculares

Em 2016, ano de realização da coleta dos dados, a capital baiana constou de 16 instituições de ensino superior com cursos de graduação em Psicologia.

Primeiramente, procurou-se nos títulos das disciplinas ou nas suas descrições alguma menção direta a estudos de gênero, através do indexador “gênero”. Após pouco êxito, variações e categorias associadas foram consideradas, como “mulher”, “homem”, “relações de poder” e “direitos humanos”. Tal decisão de termos se baseou nas frequências mais recorrentes de palavras-chave na literatura consultada.

Produção Científica Docente

Optou-se por incluir currículos de docentes de Psicologia com vínculo empregatício durante o ano de 2016, em qualquer uma das 16 instituições identificadas e estando devidamente cadastradas/os na Plataforma Lattes do CNPQ. Ao todo, constatou-se 143 professoras/es, sem repetições.

Através da Plataforma Lattes, considerou-se todas as contribuições científicas de autoria própria condizentes com os estudos de gênero. Foram excluídos nomes sem resultado na busca. Os descritores de busca utilizados inicialmente foram: gênero, mulher; homem; feminino; masculino; feminilidade; masculinidade; maternidade; paternidade; trans; travesti; queer; violência de gênero.

Resultados e Discussão

A amostra foi proveniente de buscas em endereços eletrônicos de instituições de ensino superior com sede em Salvador, Bahia, que ofertavam a graduação em Psicologia. Ao todo, identificou-se 143 docentes ativos. Destes, 5 nomes não constaram na Plataforma Lattes. Sendo assim, contabilizou-se 138 análises de currículos, onde 48 contiveram em sua trajetória profissional, de algum modo, a temática de gênero. Quanto às matrizes e ementas das disciplinas, apenas 3 IES

disponibilizaram ambos os documentos necessários, impossibilitando uma análise consistente.

Pretende-se discutir os dados mais expressivos, tanto positiva quanto negativamente.

Matrizes Curriculares

O processo do mapeamento curricular das graduações sofreu diversos impasses na tentativa de contato e coleta dos documentos. Portanto, foi possível analisar apenas o título das disciplinas obrigatórias, ofertadas por meio das grades curriculares de 6 instituições – as mesmas que concentraram as/os docentes.

Sobre currículo e educação, Moreira, salienta que “tais espaços propagam e disseminam seletivamente discursos, ou seja, controlam a distribuição social do saber” (2001, p.37). Ao todo, foi encontrada uma disciplina com título compatível, “Processos Psicossociais e Direitos Humanos”, com carga horária de 54h e disponível em uma IES. Não houve menção a gênero em nenhum título.

A teorização do currículo no Brasil tem uma forte herança dos Estados Unidos, país em que surgiu o primeiro departamento de currículo em 1938. E, apesar do crescente interesse de produções na área, há uma displicência em relação a perspectivas críticas; sobretudo na adaptação dos conhecimentos à realidade nacional e no diálogo com o cenário internacional de estudos. Uma entrevista (E6) da pesquisa de Moreira ilustra essa última questão:

Eu acho que a produção brasileira ainda precisa se colocar em dia com a produção mundial na área de currículo, sobretudo com as novas preocupações relacionadas a uma nova perspectiva cultural, colocando-se em dia, por exemplo, com questões relativas a gênero e a raça (2001, p.39).

Todavia, as 3 coordenações de curso que responderam o contato via e-mail relataram explorar o tema em projetos extracurriculares ou de forma transversal em algumas matérias específicas, como em “Psicologia Social”. Não há dados suficientes para desenvolver uma análise, o que também pode denunciar que os estudos de gênero são entendidos como complementares aos conteúdos, não tendo um espaço garantido na matriz curricular.

Ainda segundo Moreira, fazer currículo não é um trajeto fácil e imediato, nem consensual, mas implica em repensar formatos para que reflitam a prática. Assim, os modelos curriculares são passíveis de reformulações e têm influência direta da abordagem a qual a equipe utiliza para desenvolvê-los, sendo instrumento de “conhecimento, identidade e poder” (2001, p.44). Isso evidencia que os modelos curriculares não são estagnados, são passíveis de reformulações e têm influência direta da abordagem a qual a equipe utiliza para desenvolvê-los.

Corpo Docente

As análises se deram pelo percurso acadêmico compatível com o campo dos estudos de gênero, seguindo a estrutura da Plataforma Lattes e categorizados em 9 blocos didáticos: Mestrado; Doutorado; Especialização; Linhas de Pesquisa; Projetos de Pesquisa; Títulos e Resumos de Textos Científicos; Orientação de TCC; Atuação e extras que por ventura aparecessem.

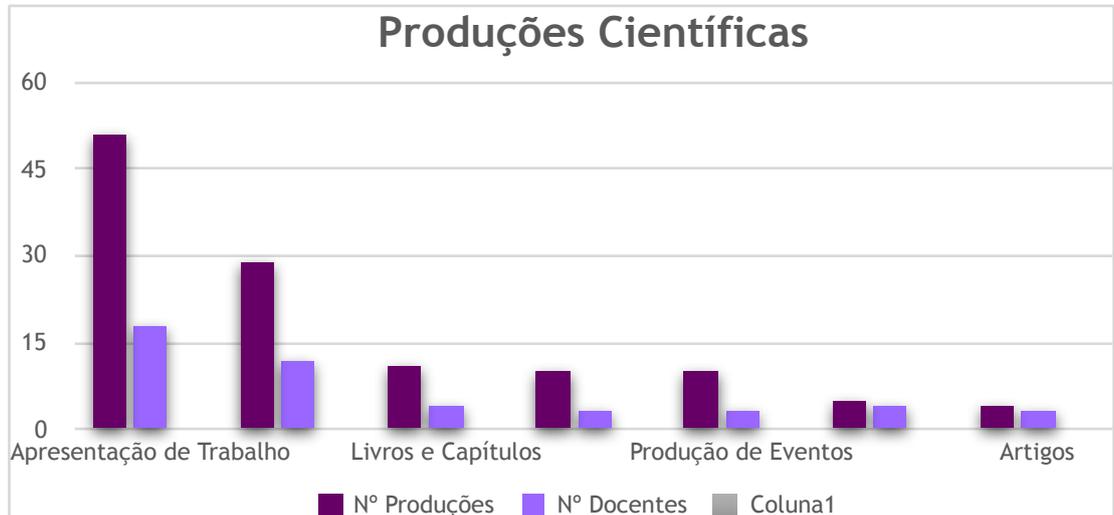
A amostra foi composta majoritariamente por mulheres (76,8%) e psicólogas/os (84,8%). Dessa, 34,7% comportou dados convergentes com essa pesquisa. E, ao todo, apenas 5 pessoas informaram atuar na área de gênero em seus resumos de apresentação.

Tais dados demonstram, logo a princípio, a escassez da temática na academia em Psicologia. Em pesquisa similar realizada por André e colaboradores entre os anos 1990-2000, analisou-se 1.183 produções científicas de professoras e professores em território nacional, onde os resultados apontam que:

Estudos que tratam de questões de gênero, etnia e das competências na formação do professor foram praticamente silenciados nos anos recentes, contrariando as expectativas de André (2000), que os considerava temas emergentes. São muito tímidas ainda as iniciativas que se debruçam sobre questões de gênero e etnia na formação de professores (2009, p.50).

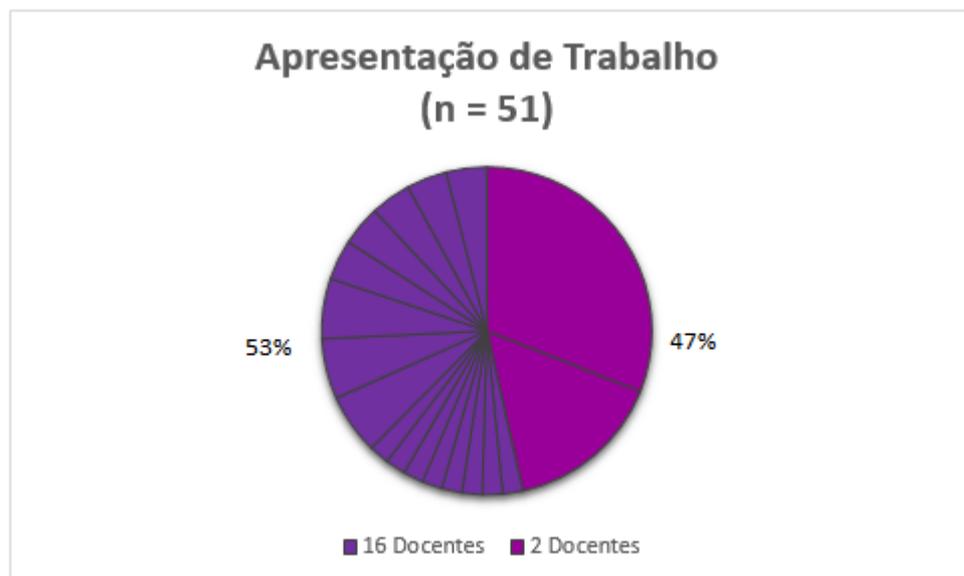
Como se pode notar na tabela a seguir, o mapeamento das produções científicas obteve um caráter desproporcional quanto à participação docente, ou seja, a colaboração nos blocos citados mostrou heterogeneidade quanto à quantidade de docentes. Dessa forma, se percebeu que a trajetória acadêmica ativa em estudos de gênero está

concentrada em um número significativamente restrito de professoras e professores:



Fonte: elaboração própria.

Um exemplo dessa disparidade entre o número de colaborações, em algumas categorias, se expressa nitidamente em “apresentação de trabalho/conferência ou palestra”. Houve um total de 51 apresentações distribuídas entre 18 professoras/es, onde, no entanto, praticamente metade (47%) se concentrou em apenas 2 professoras:



Fonte: elaboração própria.

Esse dado enfatiza a limitação quanto ao envolvimento no desenvolvimento da área, pois o interesse contínuo se concentra predominantemente na minoria da amostra.

As categorias com mais adesão por parte das/os professoras/es foram, respectivamente: orientação de trabalhos (20); apresentação de trabalho/conferência ou palestra (18); participação em bancas (13) e resumos publicados em anais de congressos (12). Em contrapartida, os itens com menos investimento, foram: doutorado (3); artigos (4); linhas de pesquisa (4) e especialização (5).

Observou-se maior concentração na categoria “orientação de trabalhos”, com 46 trabalhos encontrados, sobretudo TCC’s. Esse fato indicou interesse de estudantes na temática e demanda crescente de orientação, convocando a participação do professorado e atualização continuada dos conhecimentos.

Os títulos das produções tenderam a uma perspectiva direcionada a questões sobre as mulheres, provavelmente seguindo resquícios do pioneirismo dos estudos no campo (NUERNBERG, 2005). Todavia, isso acarretou em escassez de outros conteúdos: saúde e políticas públicas; referência a pessoas trans e identidades de gênero; gênero nas ciências e na educação; discussões envolvendo masculinidades e o homem; gênero e Psicologia. Sobre este último, encontrou-se a presença da discussão em 20 produções, mas 95% (n=19) de autoria da mesma pessoa.

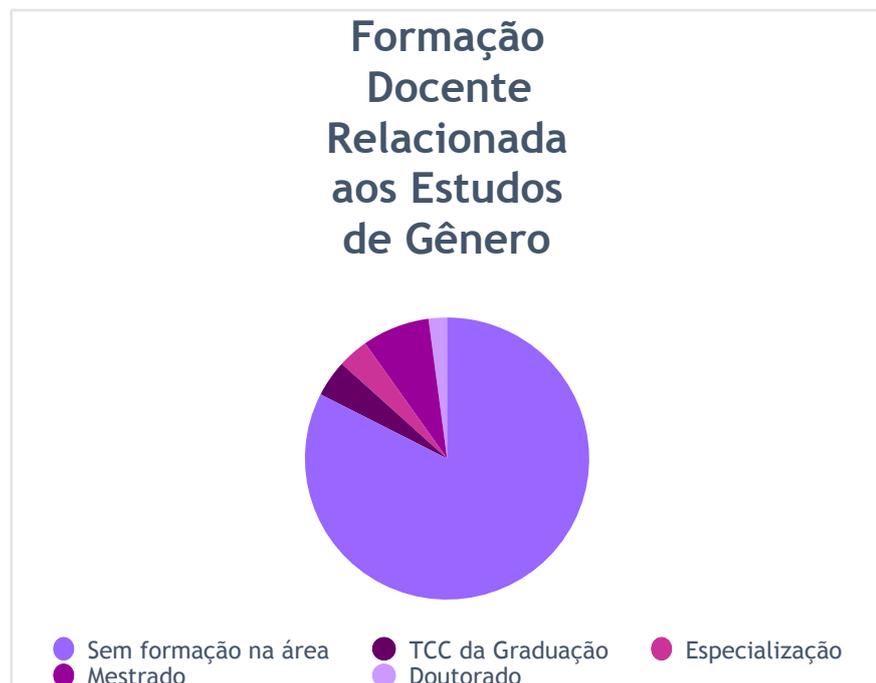
A menção direta ao feminismo se deu em somente 2 trabalhos, dialogando com Joan Scott (1995) quando enfatiza o crescente distanciamento da matriz dos movimentos sociais. Por outro lado, é notável a maior veiculação dos conteúdos por parte das mulheres, isso se expressou ao serem apuradas como a maioria que produz na área, 74,6%. Mesmo assim, essa porcentagem representou 35 pessoas dentro de um universo de 138 docentes, o que denota que essa amostra retratou pouco engajamento.

Alguns temas se mostraram recorrentes, tendo como destaque “violência contra a mulher” e “o imperativo dos padrões de beleza aos corpos”. Outras temáticas frequentes: interseccionalidade entre gênero e raça; direitos sexuais e reprodutivos; aspectos relacionados ao envelhecimento/geração; sexismo no ambiente de trabalho.

O trabalho mais antigo é datado de 1998, constando-se um aumento gradual no século XXI, sobretudo a partir de 2010. Tal dado

confirma um crescimento de interesse ao longo do tempo, apesar de estar aquém do cenário internacional (COSTA; SARDENBERG, 1994).

Finalizando as análises, foi considerada relação entre a formação continuada (no caso, na pós-graduação) com ênfase em gênero e a quantidade de colaborações: as/os 11 docentes com mestrado e/ou doutorado na área corresponderam a somente 7,9% da amostra total, e autoria de mais da metade (55,6%) dos trabalhos - 103 das 185 produções. A tabela a seguir ilustra as formações específicas no campo:



Fonte: elaboração própria.

A formação continuada se mostrou precária e um ponto alarmante, visto que o ensino e a qualidade do conhecimento perpassado sobre gênero na instituição acadêmica concentram uma parcela importante de responsabilidade por parte do corpo docente, pois:

Considera-se que a dimensão das fontes didáticas e psicológicas, necessária à intervenção em gênero, só poderá ser garantida caso haja uma consciência de gênero que a mobilize, representada pelas fontes sócioantropológicas e epistemológicas dos docentes (LIMA, 2008, p. 115).

Mais uma vez salienta-se que a docência, por si só, não é capaz de alterar toda uma estrutura educacional, necessitando de uma articulação com a instituição para a qual presta serviços e no processo ensino/aprendizagem com as e os discentes (PARAÍSO, 1997).

Uma observação interessante feita por Vianna (2002) é que, na socialização, os significados de masculinidade e feminilidade parecem ter efeito sobre a prática profissional de docentes, onde há casos tanto de reprodução da lógica hegemônica, quanto de tentativa de rompimento. Nesta pesquisa, os temas aparentaram propostas com aproximação das diversidades, utilizando da criticidade para repensar estruturas reguladoras de desigualdades e possibilitando conhecimentos alternativos à essa manutenção.

Por outro lado, os dados acima representaram que, mesmo sendo uma quantidade restrita de profissionais e, mesmo tendo uma disparidade na distribuição das produções, o viés transformador do conhecimento científico esteve presente nos temas enfatizados.

Os temas apresentaram propostas com aproximação das diversidades, utilizando da criticidade para repensar estruturas reguladoras de desigualdades e possibilitando conhecimentos alternativos à essa manutenção. Além disso, a categoria convergente com esse estudo tem caráter desbravador por enfrentar obstáculos provenientes da pouca visibilidade da temática na academia.

Não houve registros de propostas semelhantes ao deste trabalho nas análises, dialogando com os apontamentos de Lima e Souza (2011a). A pesquisadora defende que são raras as iniciativas para a inclusão dos estudos de gênero nos currículos usuais, assim como as apurações sobre esse processo, caracterizando uma demanda atual.

Se não há profissionais e um lugar garantido no ensino, é provável que essa realidade continue a se repetir. Assim como, se não há mapeamentos, não há como estimar o desenvolvimento e impasses do campo, mais uma vez salientando a relevância de estudos com esse viés.

Considerações Finais

Não há como dissociar a teoria da práxis profissional; a ciência tem potencial de ser reguladora de relações de poder, ou de possibilitar transformações da estrutura hegemônica através do conhecimento. Por isso, é discutível a natureza dos conteúdos entendidos como obrigatórios na graduação, em detrimento de outros. Nesse sentido, os estudos de gênero continuam sem receber o devido reconhecimento.

A temática concentra pouco interesse em termos da quantidade de docentes e as IES prosseguem sem oficializar a sua inserção nas matrizes curriculares, apresentando-se sem espaço garantido nos

currículos mínimos de graduação em Psicologia. Apesar de ser inegável que o tema vem ganhando visibilidade no meio acadêmico.

É ingênuo supor que a erradicação das relações de poder se dá inteiramente pela instituição de ensino, ao entender que esse fenômeno se sustenta através de uma rede. Contudo, é incontestável afirmar que a educação tem um papel valioso nesse processo, sendo um trabalho que envolve todos os espaços que a constitui: o currículo; docentes e práticas relacionais no ambiente institucional.

As desigualdades de gênero na academia têm perpassado tanto a produção e transmissão do conhecimento científico, como o convívio e cotidiano das relações - os homens, por exemplo, costumam ocupar lugares de maior prestígio. Portanto, existe uma dívida em explorar estratégias que favoreçam realidades e oportunidades igualitárias.

Visto que o ideal da Psicologia como ciência e profissão está intimamente ligado à garantia dos direitos humanos, a partir de uma ética alinhada com a responsabilidade social e contextualizada com a cultura, debater as questões de gênero não é uma opção descartável, assim como as interseccionalidades. Por isso, o questionamento e ocupação desse espaço se configura como um ato político de reformulação de realidades ainda conservadoras e que dificultam o exercício da equidade social.

O método de Análise de Discurso pode apresentar limitações, uma vez que traz documentos como objeto de interpretação, ou seja, se restringe ao material redigido para compreender o problema a que se propõe, o que acaba não ampliando olhares sobre o fenômeno; e, a análise discursiva dos documentos não necessariamente condiz com o sentido proposto pelas organizações que os produziram. Também se ressalta o caráter experimental do método, que ousou situar e construir a pesquisa em um campo incipiente. Não houve a pretensão de criticar pessoalmente indivíduos ou qualificar posturas profissionais, mas suscitar a discussão que, inevitavelmente, inclui a categoria.

Este estudo fez uma síntese da produção científica de docentes com o intuito de averiguar as tendências quanto aos estudos de gênero e o que ainda se encontra escasso, além de exaltar a importância da aderência dessas/es profissionais para a efetivação do ensino da temática.

Referências Bibliográficas

ANDRÉ, Marli et al. A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos 1990 e 2000. *Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente*, v. 1, n. 1, p. 41-56, ago./dez. 2009.

APPLE, Michael W. Relações de classe e de gênero e modificações no trabalho docente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 60, p. 3-14, fev. 1987.

COSTA, A. A. e SARDENBERG, C. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, ano 2, N.E., p. 387-400, 1994.

LIMA E SOUZA, Ângela M. F. Currículo e Gênero: uma articulação urgente. In: Ana Alice Alcântara Costa; Alexinaldo Teixeira Rodrigues; Elizete da Silva Passos. (Org.). *Gênero e Diversidade na Gestão Educacional – Coleção Bahianas*. 01ed. Salvador: UFBA-NEIM, v.13, p. 69-76, 2011a.

_____. Sobre Gênero e Ciência: Tensões, Avanços, Desafios. In: Ângela Maria Freire de Lima e Souza; Alinne de Lima Bonetti. (Org.). *Gênero, Mulheres e Feminismos - Coleção Bahianas*. 01ed. Salvador: UFBA-NEIM, v.14, p. 15-28, 2011b.

MOREIRA, Antônio F. M. O Campo do currículo no Brasil: os anos noventa. In: CANDAU, V. M. (org.). *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A, p.83-107, 2000.

NARVAZ, Martha G. A (In)visibilidade do Gênero na Psicologia Acadêmica: onde os discursos fazem(se) política. *Tese (Doutorado em Psicologia)* – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009. 305f.

NUERNBERG, Adriano H. Gênero no contexto da produção científica brasileira em psicologia. 2003. *Tese (Doutorado)* - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. 2005. 342f.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Gênero na formação docente: campo de silêncio no currículo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Cortez/Fundação Carlos Chagas, n.102, p. 23-45, 1997.

ROSEMBERG, Fúlvia. Afinal, por que somos tantas psicólogas?. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 6-12, 1984.

SANTOS, Helena M. A Importância de Discutir Gênero na Psicologia. In: Andrade, D. S. V; Santos, H. M. (org.). *Gênero na psicologia: articulações e discussões*. Salvador, Conselho Regional de Psicologia, p. 19-33, 2013.

_____. A institucionalização da discussão de gênero no Sistema Conselhos de Psicologia. In: Denega, A; Andrade, D; Santos, H. M (org.). *Gênero na Psicologia: saberes e práticas*. Salvador, Conselho Regional de Psicologia, p. 16-39, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, p. 71–99. jul./de., 1995.

VIANNA, Cláudia P. O sexo e o gênero da docência. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 17-18, p. 81-103, 2002.

Gender Studies in Psychology: a research in Salvador, Bahia

ABSTRACT: Historically, formation in Psychology shows a resistance in incorporating certain discussions, such as gender studies, even though the academic writings about this topic have increased since the 7th's decade. In general, this field still hasn't received scientific status and most universities continue to exclude it from their official course syllabus. This paper aims to discuss the designated space for gender studies in the area of Psychology in Salvador, Bahia. It is undeniable the capacity of social transformation by the education when aligned with the social and historical claims, this paper also stimulates the critical reflection about how this fact resonates through the future of the profession, through the next generation of psychologists.

KEYWORDS: Psychology. Gender. Graduation.

Lara Araújo Roseira CANNONE

Graduada em Psicologia pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública; Coordenadora do Grupo de Trabalho Psicologia, Identidades de Gênero e Sexualidades [GTPSIG] do Conselho Regional de Psicologia 3ª Região - BA [CRP-03].

Recebido em: 03/03/2018

Aprovado em: 05/08/2018